

O Trabalho Informal como Reflexo da Flexibilidade e de um Precário Mercado de Trabalho: Uma Análise dos Fatores Econômicos que o Influenciam

ROSANA OLIVEIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

ROBSON GOMES ANDRÉ

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

GIBRAN HABIB ABI GHOSN

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

ROBERTA CARVALHO

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

MARIA CRISTINA FOGLIATTI DE SINAY

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

1. INTRODUÇÃO

O tema trabalho tem sido amplamente pesquisado na sociologia do trabalho, especificamente no que diz respeito à precariedade do trabalho (VARGAS, 2016). Essas pesquisas chamam atenção para dualidades que circundam o trabalho, tais como: “cria” e “subordina”, “humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena” (ANTUNES, 2005, p. 138). Para este autor, “essa dimensão dúplice e mesmo contraditória (...) manteve o trabalho humano como questão nodal em nossas vidas” (ANTUNES, 2005, p. 138). Contudo, é importante frisar que as mudanças no mundo do trabalho que aconteceram na década de 1980, e no Brasil nas duas décadas seguintes (ALVES, 2011) trouxeram, principalmente, a flexibilização – tanto no tempo, nas atividades, no salário quanto nas formas de contratação e contribuíram para as mencionadas contradições. E ainda, o surgimento de várias formas de trabalho – informal, terceirizado, home office todas consideradas precárias (ANTUNES, 1999a). Isso porque essas formas retiram direitos e garantias que são dadas aos contratados de maneira ‘convencional’, com carteira assinada por prazo indeterminado e por tempo integral (ANTUNES, 1999a; 1999b).

Mas o trabalho precário não fica preso somente aos aspectos objetivos – como não ter, ou ter poucos, direitos e garantias – também se concentra em questões subjetivas (VARGAS, 2016), que permeiam a exploração do trabalhador, as cobranças colocadas sobre ele e a pressão por resultados (LINHART, 2014). Esta pesquisa concentra-se especificamente no trabalho informal, uma das formas de trabalho considerada precária, onde não há sequer assinatura de um contrato formal, como nas formas de trabalho “autônomo, ambulante, temporário, irregular” (COSTA, 2010, p. 172).

O trabalho informal não é somente estudado no âmbito da sociologia do trabalho, ele também ganhou espaço na literatura da econômica do trabalho, no Brasil, desde o final da década de 80, diante do aumento do total de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que representava 28% no começo da década de 80 e que aumentou na década de 90, atingindo 38% (ULYSSEA, 2005). Pesquisas neste setor estudam questões relacionadas ao perfil dos trabalhadores informais (e. g. NERI, 2002; PAMPLONA, 2013), se a informalidade pode ser considerada uma questão de opção (e. g. ULYSSEA, 2005; 2006; SANTOS & OLIVEIRA, 2017) e as diferenciações de salários do setor formal e informal (e. g. MENEZES FILHO, MENDES, & ALMEIDA, 2004), dentre outros pontos. Para Ulysea (2006, p. 612), “a pergunta que se coloca é até que ponto a informalidade é uma escolha por parte dos trabalhadores ou simplesmente uma imposição decorrente da escassez relativa de postos de trabalho formais”. Segundo este autor, ao longo da década de 90 e começo dos anos 2000, vários pesquisadores buscavam entender qual das duas opções era verdadeira, mas os resultados dessas pesquisas “indicam que existe uma parcela de trabalhadores informais que está neste setor por escolha, enquanto que para uma outra parcela a segmentação do mercado de trabalho é uma realidade” (ULYSSEA, 2006, p. 612). Todavia, em uma pesquisa recente, Santos e Oliveira (2017, p. 35), que estudaram o trabalho informal tendo como base a economia, a sociologia e o direito do trabalho, afirmam que “com relação às condições de trabalho, constata-se que a informalidade não é uma fonte fértil de empreendedores, mas apenas um refúgio para aqueles que não têm opção”.

Para Ulysea (2006), um dos principais fatores que preocupam quando se fala em um número alto de informalidade no Brasil, é que os trabalhadores informais não têm nenhuma proteção no que se refere a legislação trabalhista, e, nesse contexto, os trabalhadores que mais precisam de proteção podem ser justamente os mais desprotegidos. Outro fator de preocupação é o quanto o país perde quando se amplia a informalidade (MATTOSO & POCHMANN, 1998). Ambos os fatores são preocupações desta pesquisa. Vale ressaltar que um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2017, destacou que o mercado informal

movimentou em 12 meses – até julho de 2017 – mais de R\$ 1 trilhão de reais, o que equivale a 16,6% do PIB (FGV, 2017). Essa economia, chamada por eles de “subterrânea”, é definida por aquela Fundação, como “a produção de bens e serviços não reportada ao governo deliberadamente, com o objetivo de sonegar impostos, evadir contribuições para a seguridade social, driblar o cumprimento de leis e regulamentações trabalhistas e evitar custos”. Esses números comprovam o quanto a informalidade é prejudicial para o país, e, por isso, não pode ser ignorada. Outro dado preocupante é que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o número de trabalhadores informais ficou acima do número dos trabalhadores formais, 34,31 milhões de informais (conta própria e sem carteira assinada) contra 33,32 milhões de formais (com carteira assinada) (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018a). O aumento do número de trabalhadores informais costuma ser associado, por pesquisadores, à ampliação de formas de flexibilidade do trabalho (e.g. ANTUNES 1999a; 1999b; ULYSSEA, 2005; 2006; KRENI & PRONI, 2010), ao desemprego (e. g. COSTA, 2010) e a aspectos econômicos (e.g. MATTOSO & POCHMANN, 1998; KRENI & PRONI, 2010). Assim, o alto índice de desemprego, 12,7% em 2017 (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018b), pode ser um dos fatores que expliquem a alta taxa do trabalho informal, mas ele não é o único que pode ajudar nessa explicação. Segundo Ulysea (2006), outros fatores econômicos, como aumento de impostos, também podem relacionar-se com o aumento do trabalho informal, pois com ele torna-se mais barato para os trabalhadores e para as empresas, entrar na informalidade.

Esses apontamentos sugerem que a informalidade pode estar diretamente associada ao desemprego e a outros fatores econômicos, o que transparece muito mais uma ‘imposição’ do que uma ‘opção’, haja vista que o percentual de trabalhadores informais aumentou justamente nas décadas onde houve mudanças consideráveis na forma do trabalho (formas flexíveis). Entretanto, esta pesquisa não tem como foco analisar por que as pessoas entram em trabalhos informais – por mais que esse contexto seja considerado –, mas sim quais os fatores econômicos que explicam o trabalho informal.

Nessa direção, os números apresentados demonstram a importância de se estudar este fenômeno e, do exposto, percebe-se que a informalidade é uma realidade no país. Assim, este artigo tem como objetivo identificar os fatores econômicos que influenciaram o trabalho informal no Brasil no período entre 2004 e 2016, utilizando-se a regressão linear múltipla como ferramenta para tal. Como fatores econômicos são consideradas a taxa anual de inflação, a taxa anual de aumento de salário mínimo, a taxa anual de desemprego e a taxa anual de variação do produto interno bruto, que podem explicar o trabalho informal.

Este estudo tem relevância porque pode ser a base para a criação de políticas públicas para o incentivo ao trabalho formal, para que o mercado de trabalho se fortaleça, a economia se aqueça e os trabalhadores ganhem garantias e seguranças. Este estudo apoia-se em estudos da sociologia do trabalho, sem desconsiderar aspectos que dizem respeito à economia do trabalho. Por mais que estes setores tenham olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno divergindo em vários aspectos, pode-se dizer que há convergências no sentido de entender que as mudanças nas formas de trabalho surgiram diante de aspectos que envolvem a economia capitalista mundial influenciando negativamente o mundo do trabalho.

Os dados necessários para elaboração deste estudo foram coletados do IBGE, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Portal Global-Rates – que fornece indicadores econômicos, como a inflação –, caracterizando-se, assim, como dados secundários.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo é composto de cinco seções. A primeira é de introdução, onde são apresentados a contextualização sobre o começo do trabalho informal, a relevância da pesquisa, o objetivo e a composição da mesma. Na segunda seção encontra-se o referencial teórico no qual se apoia o trabalho. A terceira seção contém os

procedimentos metodológicos empregados onde é caracterizada a amostra e apresentados, os dados, as variáveis socioeconômicas que colaboram com o crescimento da força de trabalho informal e o modelo empregado. Na quarta seção apresentam-se e analisam-se os dados empregados e os principais resultados obtidos. Na última seção são abordadas as considerações finais no que tange ao fenômeno estudado.

2. REFERENCIAL TEORICO

Antes de tratar do fenômeno que será investigado, se faz necessário fazer considerações quanto às mudanças que ocorreram nas últimas décadas no mundo do trabalho, segundo estudos dentro da sociologia do trabalho. Isso porque tais mudanças ajudam a explicar o surgimento do trabalho informal. Para Araújo e Sachuk (2007, p. 54), o trabalho tem sofrido “mudanças radicais”, como “o desaparecimento de empregos permanentes e, simultaneamente, o surgimento de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho”. Essas mudanças ocorreram, originalmente, porque o fordismo, modelo de produção utilizado no mundo, encontrava-se em crise, pois já não fornecia mais lucros para os empresários (NEVES & PEDROSA, 2007). Portanto, na busca de soluções para o capital, procurou-se modelos de trabalho que pudessem ser mais lucrativos (BATISTA, 2008). Daí deu-se abertura para o toyotismo, caracterizado pela flexibilização no sistema de produção (ALVES, 2000a). As principais diferenças desses dois modelos, é que, enquanto o fordismo era marcado pela rigidez da organização do trabalho, dos processos de contratação e dos horários de trabalho (ANTUNES, 1999b), o toyotismo trouxe a flexibilidade em todos esses pontos (ALVES, 2000a). Assim, a lógica de um modelo rígido passou a ser substituída por um modelo de trabalho mais flexível (MORAES & COSTA, 2015; ALVES, 2000a; 2000b).

Mesmo que essas mudanças tenham começado a partir dos anos 70 (SCHERER, 1997), foi nos anos 80 que elas ganharam força no cenário mundial, graças a projeção do toyotismo, vindo do Japão (ALVES, 2000a). Quando esse modelo de produção foi implantado na década de 50, no setor automobilístico no Japão, ele ficou restrito à área de produção e não tinha a flexibilidade como seu estímulo, mas quando se espalhou pelo mundo trouxe esse princípio como seu mote e passou a ser utilizado em outros setores das organizações (ALVES, 2000a). A flexibilidade pode ser “dos salários (variam de acordo com a produção), dos contratos de trabalho (contratações menos rígidas), das horas de trabalho, da função que ocupa na empresa” (SANTOS, 2011, p. 149).

O avanço da tecnologia nos anos 80 também impulsionou as mudanças com relação as exigências no trabalho (ANTUNES, 1999a; 1999b), pois quando ela chegava nas empresas era necessário que o trabalhador soubesse usá-la, sob pena de ficar fora do mercado de trabalho se não conseguisse adaptar-se (GRISCI, HOFMEISTER, & CIGERZA, 2004). Entretanto, não foi somente isso que a tecnologia impôs, pois com ela já não eram necessários tantos postos de trabalho e nem formas regulares de emprego (carteira assinada), como existiam no modelo de produção em massa, sendo então considerada a grande impulsionadora da flexibilização do trabalho sob várias formas (HERÉDIA, 2004).

No Brasil, a flexibilização entrou no contexto do trabalho na década de 1990, mas foi na década de 2000 que ela passou a ser mais intensa, propondo “a criação do contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, além da lei da terceirização” (ALVES, 2011, p. 9). Costa (2003, p. 3) destaca ainda “a flexibilização dos regimes de trabalho (jornadas, salários, mobilidade funcional, etc.) e a flexibilização/desregulamentação do sistema legislativo nacional de proteção ao trabalho, da CLT”. Kreni e Proni (2010, p. 23), entendem que a informalidade no trabalho avançou em 1990 graças a dois fatores: “a) o ambiente econômico de baixo e instável crescimento”; e b) “as transformações mais gerais ocorridas no capitalismo contemporâneo, que promoveram um processo de reorganização econômica combinada com uma mudança no papel do Estado e das

instituições públicas e, conseqüentemente, uma flexibilização das relações de trabalho”. A flexibilização do trabalho também é associada ao aumento do desemprego, dentre outros pontos, porque um mesmo trabalhador pode fazer várias atividades (ANTUNES, 1999b). Assim, nessa nova dinâmica cresceu também o desemprego, que, conseqüentemente, levou as pessoas ao trabalho informal, porque elas buscaram alternativas de mais fácil acesso para a sobrevivência (COSTA, 2010). Costa (2010, p. 172) afirma que entre 1992 e 2001, com o avanço do desemprego, a população buscou sua fonte de renda principalmente no trabalho informal, “com suas mais variadas formas de trabalho autônomo, ambulante, temporário, irregular, precário”. O que vai ao encontro com Santos e Oliveira (2017).

A defesa da flexibilidade por parte dos empresários é que ela pode fornecer maior facilidade na hora de contratar a mão de obra, de acordo com a necessidade da empresa. Para os gestores públicos, os que a defendem, ela pode gerar mais postos de trabalho e por essa razão melhorar a economia. Contudo, apesar do discurso da flexibilidade ser dado como algo positivo para o mundo do trabalho, alguns pesquisadores argumentam que na realidade ela traz muitas inseguranças e vulnerabilidade ao trabalhador, pois aumenta o trabalho informal e acentua o desemprego (e.g. RAMALHO, 1995) – como sinalizado –, aumenta a precarização (e.g. ALVES, 2000a; 2000b; 2011; ANTUNES, 2011) e “é uma imposição à força-trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições” (VASAPOLLO, 2005, p. 376).

Leão et al. (2014, p. 25) sinalizam que a lógica de flexibilidade trouxe a precariedade no trabalho, pois tirou a proteção do emprego por prazo indeterminado, fazendo surgir trabalhadores caracterizados em três grupos: “os proletários estáveis e com garantias; os excluídos do trabalho, condenados ao desemprego e à dependência de programas sociais do governo; e os trabalhadores instáveis, submetidos a vínculos por tempo parcial, temporários, informais e terceirizados”.

Estudos dentro da economia do trabalho também reconhecem que nos anos 90 aconteceram mudanças significativas que influenciaram diretamente o processo de trabalho. De acordo com Mattoso e Pochmann (1998, p. 214):

A abertura comercial indiscriminada, a ausência de políticas setoriais defensivas, a escassa realização de negociações democráticas entre os distintos interesses, a preservação do sistema antidemocrático de relações de trabalho, a maior desregulação financeira e do mercado de trabalho, os elevados juros e a sobrevalorização da moeda nacional.

Estes autores reconhecem que a “erosão da economia capitalista mundial”, que começou na década de 1970, afetou “a hegemonia, a intensidade e forma da concorrência, o padrão monetário, as condições e relações de trabalho, a situação macroeconômica, as instituições econômicas internacionais, as bases tecnológicas e o próprio padrão de industrialização e produção”, se intensificou nas décadas de 1980 e 1990 com a “desregulação da concorrência e dos mercados financeiros”. Tais fatores ajudaram na “constituição de novas formas de produção, mais flexíveis e adaptadas às oscilações do mercado e à diversificação da demanda” (MATTOSO & POCHMANN, 1998, p. 215). Diante de uma passividade do Brasil frente a essas mudanças, segundo os autores mencionados, o desemprego e a informalidade aumentaram e houve diminuição dos empregos formais. É nesse contexto que os autores entendem que é possível identificar uma grande precarização do mercado de trabalho.

O IBGE (2018a), buscando associar aspectos sociais e econômicos, aponta que os avanços dos anos 90 no Brasil, apesar de influenciarem positivamente na produtividade, principalmente nos setores industriais, também trouxeram o trabalho ilegal (aquele sem carteira de trabalho assinada) e o informal (trabalho autônomo ou por conta própria, que também não têm carteira assinada, mas que não são contratados de empresas), especificamente observados nos setores da construção civil, do comércio e de serviços. Nesse

sentido, os dados da Organização Internacional do Trabalho apresentados em 2017 e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) apresentados pelo IBGE em 2018 são alarmantes, pois apontam para mais de quatro em cada cinco, os empregos precários/vulneráveis, em 2016, em países como o Brasil (OIT, 2017) e para mais de 50% de trabalhadores informais em 2017 (IBGE, 2018). Segundo Cury et al. (2018) foi a primeira vez que a pesquisa PNAD aponta para um número maior de trabalhadores informais do que formais.

O termo setor informal surgiu em 1972 com a publicação dos estudos sobre economia urbana pela OIT (KRENI & PRONI, 2010). Naquela época essa Organização constatou que o setor informal representava uma forma que os países subdesenvolvidos arrumavam para alcançar alguma renda para suprir suas necessidades básicas, já que não eram capazes de atender ao padrão de emprego existente no capitalismo (KRENI & PRONI, 2010). Segundo Ulyssea (2005, p. 1), foi somente no final da década de 1980 e início dos anos 90 que “a literatura econômica relativa à informalidade no mercado de trabalho no Brasil começa a ganhar corpo”. Essa época coincide com o avanço da flexibilidade do trabalho, conforme apontamentos feitos anteriormente.

Contudo, apesar do avanço na literatura para Ulyssea (2005) discorre que não existe um consenso quanto à a definição e conceito da informalidade, e, por isso, é possível encontrar na literatura, várias definições. Todavia este autor acredita que no Brasil, diante da exigência da carteira assinada para trabalhadores assalariados, a informalidade passou a ser relacionada a ter ou não uma carteira assinada. Por isso, define-se o setor informal como “a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social” (ULYSSEA, 2005, p. 1) e considera-se o setor informal como “um setor desprotegido e gerador de postos de trabalho de baixa qualidade” (ULYSSEA, 2005, p. 4). Para Neri e Giovanini (2005) a Economia Informal Urbana no Brasil leva o título de Economia Subterrânea – aquela analisada pela FGV, de acordo com os dados apresentados no referencial teórico deste artigo. Kreni e Proni (2010) destacam como principal característica do trabalho informal, a entrada precária no mercado de trabalho sem a proteção da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da negociação coletiva. Esse é o ponto central dos autores da sociologia do trabalho, que relacionam o trabalho informal à precariedade.

Filgueiras, Druck e Amaral (2004, p. 212), que confrontaram os conceitos de informalidade/trabalho informal existentes na literatura da economia e sociologia do trabalho, mencionam que os conceitos divergem dependendo da “compreensão teórica” e “dos objetivos” de cada um. Estes autores ainda relatam que os conceitos mudaram ao logo dos anos, em razão de acontecimentos que influenciaram o trabalho. Na metade dos anos 70 eles mencionam que o termo:

Passou a ser abordado a partir das relações do trabalhador com os meios de produção definido como um conjunto de atividades e formas de produção tipicamente capitalistas, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho. (FILGUEIRAS, DRUCK, & AMARAL, 2004, p. 213).

Dessa forma, a informalidade associa-se às atividades autônomas (“por conta própria”, “pequena produção” ou “produção familiar” e “produção agrícola”, e é utilizada “a partir da noção de setor ou de segmento econômico” (FILGUEIRAS, DRUCK, & AMARAL, 2004, p. 213). Mas os autores destacam que no final dos anos 70 surgiu um outro conceito passando a “exprimir atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas como relação as normas e regras instituídas pela sociedade”. Outro conceito, que surgiu, após a entrada de formas flexíveis no trabalho, definiu a informalidade “a partir da junção dos dois critérios: ilegalidade e/ou atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas” (FILGUEIRAS, DRUCK,

& AMARAL, 2004, p. 214). Essa forma coloca os assalariados sem carteira assinada como trabalhador informal e a informalidade como todas as formas de relações de trabalho que não sejam formais, conforme destacam os autores. Assim, por mais que tais autores mencionem que as definições da informalidade podem variar, e que, muitas vezes, não tem como se analisar determinados pontos de formas conjuntas, essa definição é – geralmente – utilizada em pesquisas da sociologia do trabalho. É justamente com essa definição que o trabalho informal é identificado como precário. A precariedade a qual os informais estão submetidos é tratada até no âmbito da saúde do trabalhador. Bernardino e Andrade (2015, p. 156), que analisaram na literatura como o trabalho informal repercute na saúde dos trabalhadores, constataram que “tais sujeitos estão submetidos a condições de trabalho insalubres, baixas remunerações, extensas jornadas de trabalho, desencadeando morbidades de natureza física e mental”. Dessa forma, a informalidade também é fortemente ligada a questões de saúde.

Ribeiro e Carmo (2013), dentre outros autores já citados afirmam que os trabalhadores migram para o trabalho informal por ser muitas vezes a única alternativa, e, assim, se submetem a precariedade no trabalho, que envolve baixos salários e nenhum direito trabalhista existente em um trabalho formal. Cassandre et al. (2013, p. 166) tem um entendimento parecido com Ribeiro e Carmo (2013) já que destacam que a informalização e a precarização do trabalho tornam-se enfáticas, levando o trabalhador a submeter-se a salários menores e a sofrer com a redução de seus direitos trabalhistas.

De acordo com Antunes (2011, p. 408):

Uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado.

O trabalho informal pode ser considerado como “aquele não regulamentado pelo ordenamento legal do trabalho no país, sobre o qual, inclusive, a sociedade construiu sua política de seguridade social” (COSTA, 2010, p. 175), ou seja, um trabalho que não oferece nenhuma garantia para o trabalhador, assim como também não oferece vantagens para o Estado, pela falta de arrecadação de impostos.

Ao detalhar quem são os trabalhadores informais, Alves e Tavares (2006) ressaltam que existem três tipos, quais sejam, os informais tradicionais, os informais assalariados sem registro e os informais por conta-própria. Na categoria de informais tradicionais existem três tipos de trabalhadores: “os menos instáveis”, os “mais instáveis” e os “temporários” (ALVES & TAVARES, 2006, p. 431). Os primeiros têm uma certa estabilidade e tem como vantagem possuir, pelo menos, um pouco de conhecimento daquilo que exercem como atividade, como é o caso dos camelôs. Os trabalhadores enquadrados como mais instáveis recebem serviços eventuais, que necessitam de pouca qualificação, como os carregadores. O terceiro grupo, os temporários, englobam aqueles trabalhadores que por estarem desempregados passam a realizar trabalhos provisórios para conseguirem alguma renda, entretanto, o que era provisório pode se tornar permanente em alguns casos, segundo os autores, ou até mesmo pode ser realizado juntamente com um trabalho regular, o chamado bico. Para esses autores, existem ainda os informais assalariados sem registro, como as costureiras que trabalham em domicílio, mas prestam serviços às empresas maiores e os informais por conta-própria, que incluem aqueles que possuem um pequeno negócio, que podem trabalhar para grandes empresas, mas que não tem a possibilidade de competir com elas.

Nienow e Massuquetti ([2017]) mencionam que, apesar do mercado de trabalho informal ocupar boa parte dos trabalhos do país, a PNAD não contempla parte dessas atividades econômicas, assim como ocorre em outras pesquisas. Para os autores, o fato da

informalidade ser invisível, em vários aspectos, “acarreta em políticas públicas não redirecionadas ao mesmo” (NIENOW & MASSUQUETTI, [2017], p. 3). Para eles, isso se dá diante da dificuldade de instrumentos para análise, como é possível em se tratando do setor formal.

Assim, sejam quais forem as definições de trabalho informal e quem são os trabalhadores que se encontram em tal situação, a característica marcante é a falta de direitos trabalhistas e a falta de arrecadação de impostos por parte do Estado. Por essas razões o trabalho informal pode ser considerado como negativo do ponto de vista dos trabalhadores e do Estado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo deste artigo, foi utilizada a abordagem quantitativa, baseada na regressão linear múltipla. A técnica é indicada quando se quer analisar o comportamento de uma variável dependente em função de variáveis independentes, especificamente selecionadas para o fenômeno sob análise (KRAJEWSKI, RITZMAN, & MALHOTRA, 2009).

A coleta de dados foi realizada nas fontes seguintes: Notas Técnicas organizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que trazem análises das pesquisas realizadas pelo IBGE, a PNAD; dados das pesquisas do IBGE, no que tange as informações econômicas como o PIB e o desemprego (séries históricas e estatísticas e PNAD); dados do DIEESE no que se refere às taxas de salário mínimo; e dados divulgados no Portal Global-Rates, no que se refere à inflação. Todos estes dados referem-se aos anos entre 2004 e 2016. Cabe destacar que a PNAD analisa informações demográficas, educacionais e aspectos relacionados ao mercado de trabalho, do Brasil, para realização de análises socioeconômicas, concentrando-se em “Grandes Regiões, Unidades da Federação”, “Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais” e “Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina” (IBGE, [2018b]).

É importante salientar que todos os valores apresentados para as variáveis foram coletados na forma de percentual, porém, para efeito de análise, optou-se por transformá-los em valores decimais. O período selecionado foi superior a dez anos com o intuito de trazer uma visão mais de longo prazo na análise. Considerou-se também um período mais recente, em razão de permitir um modelo de detecção mais próximo da realidade.

As análises foram realizadas por meio do sistema IBM SPSS *Statistics* 22, que auxilia quando se quer adotar a técnica utilizada nesta pesquisa (FIELD, 2009).

No item seguinte são apresentadas as variáveis independentes pré-estabelecidas, assim como justificado o porquê de suas escolhas.

3.1 Variável Dependente e Variáveis Independentes

A variável dependente escolhida para a pesquisa, diante dos dados destacados na introdução e no referencial teórico, foi a taxa anual de informalidade no trabalho (y). A partir dessa variável como fenômeno, buscou-se selecionar variáveis que pudessem ser correlacionadas ao trabalho informal. Nesse aspecto, o referencial teórico trouxe elementos que permitiram identificar que as variáveis independentes que podem explicar a taxa anual de informalidade no país, são: a taxa anual de desemprego (x_1); a taxa anual de variação do produto interno bruto (x_2); a taxa anual de inflação (x_3); e a taxa anual de aumento de salário mínimo (x_4). Embora alguns elementos que justificam essas escolhas tenham sido apresentados – de muitas formas – nas primeiras seções deste artigo, faz-se necessário complementações nesse sentido.

Na prática, “inflação é quanto o preço de um produto varia em um determinado período” (BRASIL, 2016). De acordo com Ribeiro (2000), que analisou as causas, os efeitos e

o comportamento da economia informal na década de 90, a inflação, o salário mínimo e o desemprego, dentre outros fatores, explicam a economia informal, estando, assim, diretamente associadas à taxa de informalidade. Quanto aos aumentos dos salários mínimos, eles podem ser usados, pelas empresas, como justificativa para a não contratação, portanto aumentar a inserção de pessoas em trabalhos informais (RIBEIRO, 2000). Foi o que constatou o autor, ao ter como resultado que o salário mínimo está positivamente relacionado com a variável economia informal. Do mesmo modo, tal pesquisa também comprovou que a inflação e o desemprego estão positivamente relacionados à informalidade. Saboia (2005 apud Bondezan & Scorzafave, 2010) também ressalta a importância do salário mínimo sobre o mercado de trabalho. Assim, justifica-se a escolha da variável que representa a taxa anual de aumento do salário mínimo, para explicar o número de trabalho informal. Ressalta-se que além de Ribeiro (2000), muitos outros autores – apresentados nas seções anteriores deste artigo – argumentam que o desemprego é um caminho à informalidade, portanto, contribuindo para o seu crescimento.

A última variável independente considerada foi a taxa anual de variação do produto interno bruto (PIB). O PIB, que mede a atividade econômica do país e influencia no âmbito do trabalho, pois quando a economia vai mal, postos de trabalho tendem a sumir e pessoas migram para a informalidade (MATTOSO & POCHMANN, 1998). Kreni e Proni (2010) afirmam que um dos motivos para o avanço da informalidade no Brasil é o ambiente econômico de baixo e instável crescimento. Assim sendo, na concepção dos autores, pode-se considerar que o PIB tem uma relação inversa com o trabalho informal. Porém, o PIB pode apresentar uma característica diferente de outras taxas, que permite compreender que nem sempre essa relação será inversa. Para alguns pesquisadores, o PIB também pode caminhar na mesma direção do trabalho informal, visto que a economia informal também se encontra representada no cálculo do PIB efetuado pelo IBGE, uma vez que as pessoas que estão na informalidade também são consumidoras e o consumo entra no cálculo do PIB (PRADO, 2013).

Na Tabela 1 a seguir são apresentados os dados recolhidos para o período entre 2004 e 2016, para as variáveis taxas de Informalidade (y), de Desemprego (x_1), de PIB (x_2), de Inflação (x_3) e de Aumento do Salário Mínimo (x_4).

Tabela 1: Dados Secundários

Ano	Informalidade (y^a)	Desemprego (x_1)	PIB (x_2)	Inflação (x_3)	Aumento do Salário Mínimo (x_4)
2004	52,88	8,90	5,80	7,60	8,33
2005	52,03	9,30	3,20	5,69	15,38
2006	50,70	8,40	4,00	3,14	16,67
2007	49,29	8,10	6,10	4,46	8,57
2008	48,04	7,10	5,10	5,90	9,21
2009	46,95	8,30	-0,10	4,31	12,05
2010	44,48 ^b	7,50 ^b	7,50	5,91	9,68
2011	42,01	6,70	4,00	6,50	6,86
2012	41,11	6,10	1,90	5,84	14,13
2013	39,66	6,50	3,00	5,91	9,00
2014	39,93	6,90	0,50	6,41	6,78
2015	45,20	9,00	-3,50	10,67	8,84
2016	46,10	11,90	-3,50	5,78	11,68

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ramos (2015) - disponível na Nota Técnica nº 22 do IPEA, IBGE (2015), Portal Global-Rates (2017), DIEESE (2017) e Agência IBGE Notícias (2017a; 2017b; 2018b; 2018c).

Nota^a: Utilizou-se para o cálculo, a soma dos trabalhadores sem carteira e os de conta-própria, dividida pela soma dos protegidos (com carteira, militares e servidores públicos), trabalhadores sem carteira, conta-própria e empregadores.

Nota^b: Foram calculadas a média das taxas imediatamente inferiores e superiores.

Os resultados, após a aplicação do SPSS Statistics 20, são apresentados, analisados e discutidos na próxima seção.

3.2. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se os resultados obtidos da aplicação do SPSS. Numa 1ª rodada conseguiu-se o modelo: $y_1 = 0,171 + 2,256x_1 + 0,957x_2 + 0,513x_3 + 0,491x_4$, com $R^2=0,729$; $F = 5,388 > 3,39 = F_{tab}$, indicando a existência da regressão (ao menos um coeficiente $\neq 0$).

Tabela 2: Regressão Linear Múltipla - Modelo 1

		Informalidade (y)	Desemprego (x ₁)	PIB (x ₂)	Inflação (x ₃)	AumSalMínimo (x ₄)
Correlação de Pearson	Informalidade	1,000	,548	,275	-,183	,393
	Desemprego	,548	1,000	-,461	,082	,267
	PIB	,275	-,461	1,000	-,375	-,080
	Inflação	-,183	,082	-,375	1,000	-,503
	AumSalMínimo	,393	,267	-,080	-,503	1,000

Tabela 3: Regressão Linear Múltipla - Modelo 1 (continuação)

	Coeficientes não Padronizados		Coeficientes Padronizados	T	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações			Estatísticas de Colinearidade	
	B	Erro Padrão				Limite Inferior	Limite Superior	Ordem Zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
Const.	,171	,079		2,165	,062	-,011	,353					
x ₁	2,256	,623	,779	3,623	,007	,820	3,692	,548	,788	,666	,733	1,365
x ₂	,957	,297	,739	3,225	,012	,273	1,641	,275	,752	,593	,645	1,550
x ₃	,513	,607		,846	,422	-,886	1,912	-,183	,286	,156	,572	1,748
x ₄	,491	,328	,348	1,496	,173	-,266	1,247	,393	,467	,275	,624	1,602
Resumo do Modelo: R = 0,854, R quadrado = 0,729, R quadrado ajustado = 0,594, Erro padrão da Estimativa = 0,028581												
ANOVA												
Regressão: Soma dos Quadrados = 0,018, Df = 4, Quadrado Médio = 0,004, F = 5,388 e Sig. = 0,021												
Resíduo: Soma dos Quadrados = 0,007, Df = 8, Quadrado Médio = 0,001												

Fonte: Elaboradas pelos autores a partir de dados do programa SPSS.

Por essas Tabelas observa-se que apesar de não existir colinearidade entre as variáveis (VIF < 5) os intervalos de confiança dos coeficientes das variáveis taxa de Inflação (x₃) e taxa de AumSalMínimo (x₄) incluem o valor 0.

Assim sendo, essas variáveis foram retiradas e uma última rodada do SPSS foi realizada, obtendo-se o modelo final: $y_2 = 0,238 + 2,482x_1 + 0,867x_2$, com $R^2=0,654$, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Regressão Linear Múltipla - Modelo 2

	Coeficientes não Padronizados		Coeficientes Padronizados	T	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações			Estatísticas de Colinearidade	
	B	Erro Padrão				Beta	Limite Inferior	Limite Superior	Ordem Zero	Parcial	Parte	Tolerância
Const.	,238	,053		4,469	,001	,119	,356					
x ₁	2,482	,608	,857	4,085	,002	1,128	3,836	,548	,791	,760	,788	1,269
x ₂	,867	,272	,669	3,192	,010	,262	1,473	,275	,710	,594	,788	1,269
Resumo do Modelo: R = 0,808, R quadrado = 0,654, R quadrado ajustado = 0,584, Erro padrão da estimativa = 0,028918												
ANOVA												
Regressão: Soma dos Quadrados = 0,016, Df = 2, Quadrado Médio = 0,008, F = 9,433 e Sig. = 0,005												
Resíduo: Soma dos Quadrados = 0,008, Df = 10, Quadrado Médio = 0,001												

Fonte: Elaborada pelos autores por meio do programa SPSS.

Nota: x₁ = Desemprego e x₂ = PIB.

Apesar de Ribeiro (2000) mencionar sobre a significativa relação da inflação e do salário mínimo no aumento da economia informal, esta pesquisa demonstra que a maior correlação existente foi com o PIB e com o desemprego fazendo eco aos achados de Kreni e Proni (2010) e Prado (2013).

Diante dos valores apresentados na tabela 3 verifica-se que as variáveis independentes são estatisticamente significantes para explicar a variável dependente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate teórico demonstrou o quanto o trabalho informal é visto negativamente pela sociologia do trabalho, bem como que a economia do trabalho – em certa medida – também traz questionamentos quanto à informalidade. Por mais que o trabalho informal seja considerado – por muitos – como uma oportunidade diante do desemprego, ele é identificado como um trabalho precário – sem garantias e direitos (ANTUNES, 1999a; 1999b; COSTA, 2010) e que pode adoecer o trabalhador (BERNARDINO & ANDRADE, 2015). Todavia, pela revisão teórica percebeu-se que o trabalho informal tem muitas nuances que fazem com que sua definição apresente diferenças entre os setores da economia e da sociologia do trabalho, apesar de ser aceito, hoje, que o trabalho informal é aquele sem carteira assinada, ou seja, aquele que não é formal (FILGUEIRAS, DRUCK, & AMARAL, 2004).

Esta pesquisa permite identificar fatores econômicos que influenciaram significativamente o trabalho informal no Brasil no período entre os anos de 2004 e 2016 pela modelagem do fenômeno da informalidade utilizando o modelo de regressão linear múltipla, após a apresentação das variáveis independentes relacionadas ao fenômeno estudado. A regressão linear foi efetuada com o uso do SPSS que numa primeira rodada demonstrou-se a necessidade de retirada de duas das variáveis propostas, quais sejam: taxa anual de aumento do salário mínimo e taxa anual de inflação. Assim sendo, o modelo final foi representado pelas variáveis taxa anual de desemprego e taxa anual de variação do PIB.

A relação encontrada entre a variável dependente e as independentes é importante porque sinaliza para a necessidade de políticas públicas que incentivem o trabalho formal, que diminuam o desemprego, para que o número da informalidade não seja tão acentuado, visto não ser benéfico nem para o trabalhador e nem para o Estado. Dessa forma, independente da maneira que a informalidade é tratada (trabalho informal, economia informal ou subterrânea ou setor informal), todas estão cercadas de aspectos negativos relacionados à precariedade.

Para o trabalhador a insegurança, a falta de garantias e o rendimento baixo são os aspectos mais negativos, e para o Estado, a falta de arrecadação.

É importante também destacar que o número de trabalhadores informais é de difícil mensuração, conforme apontam Nienow e Massuquetti ([2017]), justamente por muitos dos trabalhos realizados na informalidade não serem divulgados.

Pesquisas futuras poderiam analisar aspectos da informalidade, tendo o trabalhador como sujeito de pesquisa, para entender quem são esses trabalhadores e quais são as suas condições de trabalho, bem como analisar outros fatores econômicos que podem explicar a informalidade, com o objetivo de conhecer mais esse setor ainda invisível de várias formas, mas presente em vários sentidos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Informalidade e comércio contribuem para queda no desemprego**. dez. 2017a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19163-informalidade-e-comercio-contribuem-para-queda-no-desemprego.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f06aa556ca8bc4e6d8d3489ec7eea79.ods>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. 2018b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8da4f99107695d83f58a46b02338dfa1.xls>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- _____. **PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões**. 2018c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8da4f99107695d83f58a46b02338dfa1.xls>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- _____. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,0% no trimestre encerrado em novembro**. dez. 2017b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/19162-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- ALVES, G. **Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista**. Revista Org & Demo, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2000a.
- _____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000b.
- _____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**. Revista da Rede de Estudos do Trabalho, São Paulo, Ano V, n. 8, p. 1-31, 2011.
- ALVES, M. A., & TAVARES, M. A. “A dupla face da informalidade do trabalho: ‘autonomia’ e precarização”. In Ricardo Antunes (Org.), **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo, Boitempo, 2006, pp. 425-444.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999a.
- _____. **O caracol e sua concha**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/caracol%20e%20a%20concha%20ricardo%20antunes.pdf>>. Acesso em: 15 fev.2017
- _____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era de precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- _____. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 2, p. 55-59, 1999b.

ARAÚJO, R. R. D., & SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **REGE. Revista de Gestão**, v. 14, n. 1, p. 53, 2007.

BATISTA, E. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, v. 2, 2008.

BERNARDINO, D. C. D. A. M., & ANDRADE, M. O trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: Uma revisão integrativa. **Referência-Revista de Enfermagem**, v. 4, n. 7, 2015.

BONDEZAN, K. L., & SCORZAFANEL, L. G. O impacto do salário mínimo sobre o desemprego: Revisão de literatura e evidências empíricas. **A Economia em Revista**, v. 18, p. 53-66, 2010.

BRASIL, 2016. **Entenda o que é inflação e como ela afeta a sua vida**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/07/entenda-o-que-e-inflacao-e-como-ela-afeta-a-sua-vida>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CASSANDRE, M. P. et al. Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 17, p. 167-185, 2013.

COSTA, M. D. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, 2010.

_____. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE- eletrônica** - v. 2, n. 2, jul-dez/2003.

CURY, A. et al. **Trabalho sem carteira assinada e ‘por conta própria’ supera pela 1ª vez emprego formal em 2017, aponta IBGE**. G1. jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/trabalho-sem-carteira-assinada-e-por-conta-propria-supera-pela-1-vez-emprego-formal-em-2017-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

DIEESE. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: salário mínimo nominal e necessário**. 2017. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). **Economia subterrânea fica estável, mas ainda causa rombo de R\$ 1 trilhão ao País**. nov. 2017. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/economia-subterranea-causa-rombo-r-1-trilhao-ao-pais>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**, 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILGUEIRAS, L. A. M., DRUCK, G., & AMARAL, M. F. D. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, mai./ago.2004.

GRISCI, C., HOFMEISTER, P., & CIGERZA, G. Trabalho imaterial, controle e subjetividade na reestruturação produtiva bancária. Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 28, 2004, Curitiba-PR. **Anais...** Curitiba-PR, ANPAD, 2004.

HERÉDIA, V. B. M. Novas tecnologias nos processos de trabalho: efeitos da reestruturação produtiva. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 8, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Análise dos resultados**. 2018a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sup/pme/analiseresultados2.shtm>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - trimestral**. [2018b]. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Síntese de indicadores 2015.** 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/sintese_de_faultods.shtm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

KRAJEWSKI, L. J., RITZMAN, L. P., & MALHOTRA, M. **Administração da produção e operações.** 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

KREIN, J. D., & PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Relatório da OIT, 2010. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

LEÃO, P. V. D. O. C. et al. Terceirização: Implicações Nas Práticas De Gestão De Pessoas Da Empresa Contratada. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 21, 2014.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Ricardo Antunes (org.). **Coleção Mundo do Trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, 464 p.

MATTOSO, J., & POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 10, p. 213-243, 1998.

MENEZES FILHO, N. A., MENDES, M., & ALMEIDA, E. S. D. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 235-248, 2004.

MORAES, A. F. G. D., & COSTA, M. D. S. Novo desenvolvimentismo e velhas condições de trabalho? Uma análise das condições de trabalho dos terceirizados no Complexo de Suape. Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 39, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte - MG, ANPAD, 2015.

NERI, M. C. Decent work and the informal sector in Brazil. **EPGE**, 2002 (Ensaio Econômico, 461).

NÉRI, M. C., & GIOVANINI, F. D. S. Negócios nânicos, garantias e acesso a crédito. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 9, n. 3, p. 643-669, 2005.

NEVES, M. D. A., & PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio da indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

NIENOW, M., & MASSUQUETTI, A. **O PIB e o mercado de trabalho informal no Brasil.** [2017]. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2017/O_PIB_e_o_mercado_de_trabalho_informal_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **OIT estima que desemprego global terá aumento de 3,4 milhões em 2017.** jan. 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_541363/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 225-249, 2013.

PORTAL GLOBAL-RATES. **Inflação – informação de referência detalhada sobre inflação.** 2017. Disponível em: <<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/inflacao-informacao-de-referencia.aspx>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PRADO, M. C. R. M. **A informalidade e o PIB oficial.** Disponível em: <<http://www.cincomunicacao.com.br/a-informalidade-e-o-pib-oficial/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

RAMALHO, J. R. Trabalho, reestruturação produtiva e movimento sindical. In: **Caderno Técnico 22** - SESI, 1995.

- RAMOS, L. Breve Análise dos Dados da PNAD 2014 para o Mercado de Trabalho. In: **Nota Técnica nº 22: PNAD 2014 - breves análises, IPEA, 2015**. Organizadores: Calixtre, André, & Vaz, Fábia. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6777/1/Nota_n22_pnad_2014.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- RIBEIRO, R. N. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Economia do Setor Público, Departamento de Economia, Universidade de Brasília.
- RIBEIRO, R. L., & CARMO, M. S. D. O impacto do encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho para os comerciantes do setor informal de alimentos da região. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 17, p. 220-248, 2013.
- SANTOS, H. S. D., & OLIVEIRA, M. C. S. D. Trabalho informal no Brasil: uma questão de “opção”? **Revista Vox. Revista da Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas – Reduto/MG**. Edição n.05, vol. 01, janeiro-junho 2017, p. 27-40.
- SANTOS, P. R. F. D. A intensificação da exploração da força de trabalho com a produção flexível: elementos para o debate. **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26 - 2011.
- SCHERER, A. L. F. Globalização. In: Cattani, Antonio Davi (Org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 114-119.
- ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1926/1/TD_1070.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- _____. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. 2006. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4 (104), pp. 596-618, outubro-dezembro/2006.
- VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, 2016.
- VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.